

ÂNFORAS DA VILLA ROMANA DA QUINTA DAS LONGAS (S. VICENTE E VENTOSA, ELVAS): APRESENTAÇÃO SUMÁRIA

Maria José ALMEIDA *
e António CARVALHO **

1. Breve apresentação da *uilla* romana da Quinta das Longas

Os trabalhos arqueológicos sistemáticos no sítio da Quinta das Longas iniciaram-se, em 1990, com uma campanha de prospecção sistemática levada a cabo na área de maior concentração de materiais arqueológicos que permitiu uma primeira hipótese interpretativa da planta e áreas funcionais da *uilla* (Carvalho 1994). De acordo com os dados da prospecção foi programada a escavação arqueológica sistemática que se iniciou no ano seguinte. Neste momento realizaram-se já oito campanhas de escavação arqueológica que decorreram entre 1991 e 1998, prevendo-se para um futuro próximo a conclusão dos trabalhos de escavação face aos objectivos estabelecidos para o estudo deste sítio arqueológico.

Os trabalhos arqueológicos na *uilla* da Quinta das Longas incidem sobre a *pars urbana*, podendo neste momento apresentar-se já uma primeira leitura das diferentes fases de ocupação do sítio e respectiva caracterização. (Anexo II).

A data de fundação da *uilla* deverá situar-se em época Claudiana, entre Cláudio e Nero, podendo, eventualmente, recuar ao reinado de Tibério. Esta cronologia é estabelecida de acordo com os materiais arqueológicos mais antigos recolhidos no sítio, concretamente *terra sigillata* sud-gálica e cerâmica de paredes finas. Desta primeira fase de ocupação - designada como Villa I - subsistem alguns vestígios estruturais sem aparente continuidade com a construção da *uilla* baixo-imperial (Anexo II). Estes muros apresentam diferenças relativamente à Villa II a nível de técnica de construção (menos cuidada que o aparelho construtivo posterior) e de implantação e orientação, o que leva a considerar que existe uma descontinuidade de ocupação entre estes dois momentos.

2. Contextos estratigráficos de proveniência das ânforas

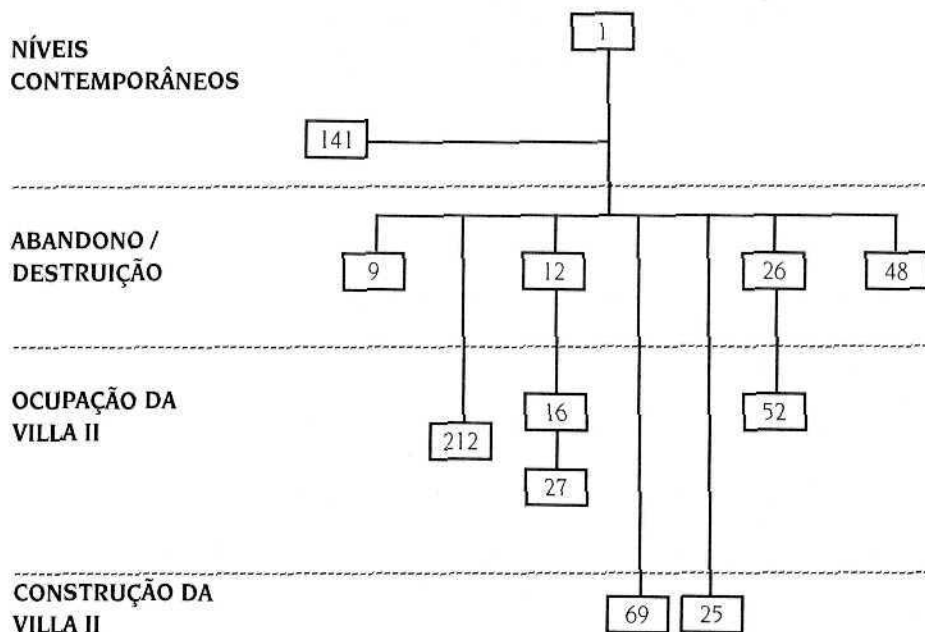


Fig. 1 - Relação das unidades estratigráficas onde foram recolhidos fragmentos de ânfora.

Não existem quaisquer dados a partir dos quais se possa inferir a existência ou não um hiato de ocupação entre a *Villa I* e a *Villa II*, pelo que genericamente se considera que a primeira *uilla* tem uma ocupação que vai do séc. I ao séc. III d.C.

A ocupação melhor caracterizada do sítio arqueológico da Quinta das Longas é a *uilla* baixo-imperial, da qual se conserva um conjunto de estruturas que permitem a reconstituição do modelo arquitectónico utilizado. Os materiais arqueológicos recolhidos *in situ* no interior dos compartimentos e em unidades estratigráficas correspondentes à construção do edifício (concretamente sob o nível de pavimento das ábsides Norte e Oeste da divisão 1) situam claramente a ocupação da *Villa II* em termos cronológicos dos finais do séc. III aos inícios do séc. V.

A *Villa II* é uma *uilla* de peristilo, organizando-se os compartimentos identificados em função deste. Ainda não é possível neste momento saber como se estrutura a ala norte do peristilo, nomeadamente na sua relação com o espelho de água (7) e com a ribeira de Chaves que parece constituir o limite *natural* do conjunto edificado. Identificam-se duas fases de construção/ocupação da *Villa II* a partir de vestígios de remodelação de alguns compartimentos, com portas ou passagens que se fecham ou paredes construídas para redimensionar espaços pré-existent. As remodelações terão sido levadas a cabo com o sítio em continuidade de ocupação, sem que seja possível datar especificamente essas evidências arqueológicas.

A maioria dos fragmentos de ânfora do conjunto em análise provém da camada humosa superficial [1] que cobre o sítio arqueológico após o seu abandono/destruição. Os materiais arqueológicos presentes nesta unidade estratigráfica resultam do

revolvimento dos diferentes estratos de abandono, ocupação e construção das *Villae* I e II nas suas diferentes fases em sequência dos trabalhos agrícolas levados a cabo no local, não lhes podendo ser atribuída nenhuma leitura estratigráfica significativa. Existe também um fragmento de ânfora proveniente do enchimento da vala de construção do muro do séc. XIX [141] que terá cortado a *pars urbana* a Este.

Da fase de abandono/destruição do sítio arqueológico, temos ânforas de unidades estratigráficas correspondentes ao derrube dos telhados do edifício [9], [12] e [26], nomeadamente da divisão I. Na unidade [48] correspondente ao entulhamento do espelho de água (7) foi recolhido também um fragmento de ânfora que se apresenta em catálogo (nº 6).

Estas unidades estratigráficas relativas ao abandono da *uilla* ou assentavam sobre pavimentos (como é o caso de [9] sobre o *opus signinum* da sala I, ou [48] sobre o negativo das placas de mármore do espelho de água) ou selavam níveis de ocupação da *uilla* baixo-imperial. É o caso de uma lixeira [52] identificada nas traseiras da sala I, encaixada entre esta e o espelho de água. Neste local foi recolhido abundante espólio cerâmico e restos de fauna que permitem uma caracterização dos hábitos alimentares dos habitantes deste sítio arqueológico na sua última fase de ocupação. Os fragmentos de bojo de ânfora aqui recolhidos não permitem a reconstituição de formas, mas as características da pasta e a presença de grafitos são muito semelhantes ao exemplar nº 5 do catálogo em particular e, em geral, ao que se conhece das produções dos fornos do Sado no Baixo-Império, nomeadamente no Pinheiro (Mayet e Silva 1998). A unidade estratigráfica [27] corresponde também a um nível de ocupação identificado nas traseiras da ábside Sul da divisão I, sendo [212] reconhecido na recente campanha de escavações de 1998 já no que consideramos ser o limite Norte do conjunto edificado da *pars urbana* da *uilla*, área cuja leitura/interpretação ainda está naturalmente por fazer.

No interior das ábsides Oeste e Norte da sala I foram escavadas duas unidades estratigráficas que corresponde à fase de construção da *uilla* II, respectivamente [69] e [25]. O conjunto de materiais arqueológicos recolhidos nestes contextos são fundamentais no estabelecimento da cronologia de construção da *uilla* baixo-imperial, e entre eles contam-se inúmeros fragmentos de ânfora embora apenas um (nº 6 do catálogo) permita identificação da forma e consequente classificação.

3. Pressupostos metodológicos

O conjunto considerado representa o resultado de oito campanhas de trabalhos arqueológicos na *uilla* romana da Quinta das Longas (prospecções sistemáticas e escavação) que decorreram entre 1990 e 1998. Os exemplares ilustrados correspondem apenas a uma amostra seleccionada por critérios tipológicos¹. A tabela de classificação utilizada é a proposta por D.P.S. Peacock e D.F. Williams (1986), embora se apresente também a terminologia tradicional usada para as ânforas presentes na Lusitânia, conforme parece ser o hábito generalizado dos investigadores que se dedicam a este assunto.

4. Estudo tipológico

4.1. Ânforas Béticas

4.1.1. Classe 25 (Dressel 20) - (Anexo 1, nº 1)

Foi recolhido nos trabalhos de prospecção sistemática que antecederam a escavação um fragmento de bordo e asa de uma ânfora que se enquadra nesta classe. Trata-se de uma ânfora olearia da Bética que tem uma ampla difusão sobretudo nas províncias ocidentais do Império desde o período de Tibério até ao séc. III d.C., podendo prolongar-se até ao séc. IV (Peacock e Williams 1986: 136-140).

O exemplar da Quinta das Longas apresenta uma variante do bordo de secção triangular com a face externa virada para o exterior, com o colo curto e asas de secção circular, que corresponderá a um fabrico dos meados do século II (Mayet e Schmitt 1997: 74). Apresentando vestígios de ter sido utilizada como material de construção, podemos supor que fará parte dos materiais reaproveitados da *Villa I* que foram integrados na construção da *villa* baixo-imperial. Embora as condições de recolha deste fragmento não permitam a sua contextualização segura, a utilização de fragmentos de recipientes cerâmicos nos muros da *Villa II* é uma situação que se verificou recorrente com a escavação do sítio e à qual poderá corresponder este exemplar.

4.1.2. Classe 19 (Beltrán IIb) - (Anexo 1, nº 2)

As ânforas da Classe 19 são contentores destinados ao transporte de preparados piscícolas da Bética com uma difusão em termos cronológicos que vai desde o séc. I d.C. (mais concretamente da época tibero-claudiana) até meados do séc. II (Beltrán 1970: 420-448). São ânforas de grande dimensão com o bordo exvertido quase em forma de trompeta, com as asas arrancando directamente sob o bordo ou mesmo a partir dele, como é o caso do exemplar da Quinta das Longas. Esta peça apresenta a pasta típica dos fabricos de Cadiz (Peacock e Williams 1986: 121), que facilmente se distingue pela sua cor ocre e textura homogénea ligeiramente arenosa.

Este fragmento de bordo provém da unidade estratigráfica [1], não sendo por isso possível saber concretamente a que momento de ocupação do sítio pertence. No entanto, e dado o âmbito cronológico conhecido para a difusão deste tipo de contentor, supõe-se que corresponde à ocupação da *Villa I*.

4.2. Ânforas Lusitanas

4.2.1. Classe 20/21 (Dressel 14) - (Anexo 1, nºs 3 e 4)

A classe 20/21 reúne os exemplares típicos da primeira fase de produção das ânforas destinadas ao transporte de preparados de peixe da Lusitânia. Este tipo de ânfora foi também produzida na Bética, o que levou a que alguns investigadores considerassem (dada a anterioridade genérica da produção de ânforas béticas) que o tipo lusitano sucedia e imitava o protótipo criado nessa província (Parker 1977: 35-46; Peacock e Williams 1986: 126-129). No estado actual das investigações, particularmente com a escavação de fornos que produziram este tipo anfórico no vale do Sado, sabe-se que os contentores desta

classe são uma criação lusitana, sendo as propostas de distinção entre a classe 20 (= Dressel 14 bética / Beltrán IVa) e a classe 21 (= Dressel 14 lusitana / Beltrán IVb) pouco operativas² tanto mais que a produção destes contentores na Bética é ainda mal conhecida.

Assim, reúnem-se nesta classe os fragmentos de bordo pertencentes a contentores produzidos na Lusitânia para o envase de preparados piscícolas, desde os meados do séc. I d.C. até aos inícios do séc. III. São ânforas de maior dimensão do que aquelas que as sucedem no Baixo-Império, com o colo largo adequado ao tipo de espécies piscícolas utilizadas, entre as quais se contaria o atum (Étienne 1990: 15-19). Foram produzidas nos vales do Tejo e do Sado, conhecendo-se também uma produção algarvia em S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcellos 1898) e Quinta do Lago (Arruda e Fabião 1990).

Seguindo a proposta enunciada por F. Mayet e C. Tavares da Silva para os fornos do Pinheiro, esta classe divide-se em três variantes de acordo com a morfologia do bordo: nos meados do séc. I, uma primeira variante (A) apresenta o bordo em fita, em clara afinidade com modelos béticos - nomeadamente da classe 15 (Haltern 70) - à qual sucede a variante com o bordo de secção triangular (B); as ânforas de bordo de secção arredondada (C) representam o último estágio de evolução tipológica nesta primeira fase de produção. Esta última variante não só é a mais comum nos fornos estudados como terá sido aquela que conhece maior difusão durante quase todo o séc. II (Mayet e Silva 1998: 62-64).

O exemplar número 3 da Quinta das Longas pertence à variante C, estando ausentes as variantes mais antigas, cuja produção se conhece principalmente associada aos fornos da área urbana de Setúbal (Silva 1996: 43-54). Além dos fornos do Pinheiro, encontramos exemplares semelhantes aos da Quinta das Longas em outros centros produtores do vale do Sado (Barrosinha³, Bugio⁴, Enchurrasqueira⁵, Abul⁶ e Quinta da Alegria⁷) e do Tejo (Garrocheira⁸ e Porto dos Cacos⁹).

O exemplar nº 4 pertence a uma fase mais tardia, caracterizada nos fornos do Pinheiro como um período de transição entre a primeira e a segunda fase de produção (Mayet e Silva 1998: 113 - 123). O tipo de contentor desta fase - final do séc. II e inícios do séc. III - representa a transição entre as ânforas de maior dimensão da classe 20/21 e as da classe 23, com um progressivo estreitamento do colo e diminuição do diâmetro interno de abertura. É o caso deste fragmento de bordo, com uma dimensão da abertura e colo mais próxima dos contentores baixo-imperiais identificados na Quinta das Longas, e que teria menores dimensões que os outros exemplares identificados na mesma classe.

A difusão desta variante tardia terá tido pouca expressão fora da Lusitânia, tendo sido identificada pela primeira vez num centro de consumo rural (Mayet e Schmitt 1997: 78). O exemplar da Quinta das Longas em termos de morfologia do bordo é semelhante aos identificados em S. Cucufate¹⁰, e nos fornos da Enchurrasqueira¹¹, Abul¹² e Pinheiro¹³.

O fragmento de bordo nº 4 apresenta um tipo de pasta bastante diferente dos outros três fragmentos pertencentes a esta classe, acinzentada na secção e com sinais de recozedura. Enquanto, por exemplo, o contentor com o nº 3 se mostra em termos de análise macroscópica semelhantes às pastas do vale do Sado, o fragmento de bordo nº 4 parece aproximar-se da descrição de alguns dos exemplares desta classe identificados na Quinta do Lago, embora a morfologia do bordo seja diversa (Arruda e Fabião 1990: 202). Note-se que, embora se conheça a produção deste tipo de ânfora no vale do Sado, tem-se associado esta variante tardia de menores dimensões a produções algarvias, nomeadamente do forno de S. Bartolomeu do Mar em Castro Marim (Vasconcellos 1898; Fabião 1996b: 377). Naturalmente que a determinação da proveniência do exemplar da Quinta das Longas não pode ser efectuada senão com base empírica, já que só análises

petrográficas e/ou químicas poderiam eventualmente estabelecer o seu grupo de origem.

Todos os exemplares desta classe foram recolhidos em unidades estratigráficas relativas às perturbações contemporâneas a que o sítio esteve sujeito. Por exemplo os nºs 3 e 4 pertencem à camada humosa de superfície [1], continuamente revolvida por trabalhos agrícolas. Não existe assim a possibilidade de datar estratigraficamente estes fragmentos de ânfora, embora pela sua datação tipológica se possa admitir que correspondem à primeira ocupação do sítio (Villa I).

4.2.2. Classe 23 (Almagro 51c) (Anexo 1, nºs 5 a 9)

A maioria das ânforas identificadas na *uilla* romana da Quinta das Longas pertence à classe 23 (Almagro 51c). Trata-se de uma ânfora de produção lusitana destinada ao transporte de preparados de peixe que foi produzida entre o século III e o séc. V, tanto nos vales do Sado e Tejo como na costa algarvia. É uma ânfora de menores dimensões do que as suas congêneres do Alto-Império, caracterizada pela sua morfologia piriforme. As alterações na morfologia e dimensões do contentor corresponderão não só a diferenças nos conteúdos (que terão passado a utilizar espécies piscícolas de menores dimensões como as sardinhas e cavalas) como também a uma alteração nas dinâmicas dos centros produtores de preparados de peixe da Lusitânia (Étienne, Makarun e Mayet 1994).

Segundo Mayet e Silva, tal como acontece com as ânforas da classe 20/21, neste momento é possível distinguir três variantes dentro da classe 23 com um significado cronológico preciso. Assim, o primeiro momento de produção deste tipo de ânfora baixo-imperial corresponde à transição entre o séc. II e o séc. III e acompanha a produção da variante tardia da classe 20/21. Trata-se de uma ânfora de pequenas dimensões de colo curto rematado por um bordo formando uma aba horizontal a partir da qual arrancam as asas que se apoiam sobre os ombros de um corpo piriforme com fundo plano (Mayet e Silva 1998: 120-123).

Segundo outros autores, designadamente Fabião¹⁴, e tendo por base os resultados de escavações em Conímbriga, Alcácer do Sal e Ilha do Pessegueiro, a datação do primeiro momento de produção deve recuar para a transição do séc. I para o II.

Embora a escavação na *uilla* romana da Quinta das Longas ainda esteja em curso; a intervenção tenha incidido na *pars urbana*; e o conjunto anfórico recolhido seja reduzido, regista-se, para já, a ausência de exemplares da variante A da Classe 23, o que poderá constituir um indicador para a existência na região da produção do conteúdo que lhe tem sido atribuída, ou seja o vinho.

A este primeiro momento de produção sucede-se nos meados do séc. III e até ao séc. IV a variante B que poderá ser considerada a ânfora lusitana típica no Baixo-Império. É um contentor piriforme com o diâmetro máximo na sua metade superior, de asas curtas que desenham um arco de círculo ao apoiar-se sobre os ombros da peça; o bordo pode apresentar algumas variações em termos de morfologia, sendo sempre inclinado para o exterior, e o fundo é cilíndrico e oco, com ônfalo central na face externa (Idem: 143-148).

Durante o séc. IV e até ao séc. V, as ânforas desta classe diminuem a sua capacidade, apresentando um corpo fusiforme mais alongado e estreito com o fundo troncocónico pouco diferenciado. As asas são curtas e arrancam da parte inferior do bordo sendo por vezes quase verticais (Ibidem: 202-203).

A nível dos pequenos fragmentos nem sempre é possível distinguir com exactidão as diferentes variantes, nomeadamente quando se conhecem apenas fragmentos de bordo. Relativamente aos fragmentos de fundo, o exemplar nº 8 é um fundo cilíndrico, oco, com ônfalo central externo característico da variante B, enquanto nº 9 pertence à variante C. Tendo em conta a morfologia dos bordos, e sobretudo o arranque das asas, classificam-se os exemplares nº 5 e 6 como pertencentes à variante B e o nº 7 à variante C.

Um factor digno de nota é a presença de grafitos. Tratam-se de marcas realizadas antes da cozedura com a pasta ainda fresca, provavelmente durante o processo de secagem. Podem tratar-se de marcas de controlo de produção ou ter uma intenção meramente decorativa. Parece ser o caso da linha ondulada da ânfora nº 5, muito semelhante a motivos decorativos identificados no centro produtor do Pinheiro (Mayet e Silva 1998: 147).

Para os exemplares desta classe podem ser encontrados paralelos morfológicos em praticamente todos os centros produtores de ânforas do vale do Sado e Tejo, bem como do Algarve, tornando-se fastidiosa uma enumeração de paralelos caso a caso.

A maioria das ânforas da classe 23 (Almagro 51c) encontradas na Quinta das Longas foram recolhidas na camada humosa de superfície [1]. No entanto, alguns exemplares encontram-se em unidades estratigráficas bem definidas da *uilla* baixo-imperial. Assim, recolhemos no interior da ábside oeste da sala 1, num nível [69] correspondente à construção da *Villa* II, um exemplar (nº 6) da variante B datada dos meados do sécs. III-IV. Encontramos igualmente contentores desta variante nos níveis de ocupação desta fase da *uilla* [27], [52] e [212]. Significativamente, os exemplares recolhidos nas unidades estratigráficas correspondentes ao abandono/destruição do sítio - [12] e [48], respectivamente derrube da cobertura da sala 1 e entulhamento do espelho de água - pertencem à variante tardia (C), característica dos séculos IV-V.

5. O significado das ânforas da Quinta das Longas

No conjunto de fragmentos de ânfora recolhidos na sequência de prospecções e de oito anos de trabalhos arqueológicos levados a cabo na *uilla* romana da Quinta das Longas, foi possível identificar 24 exemplares distribuídos da seguinte forma de acordo com a sua classificação:

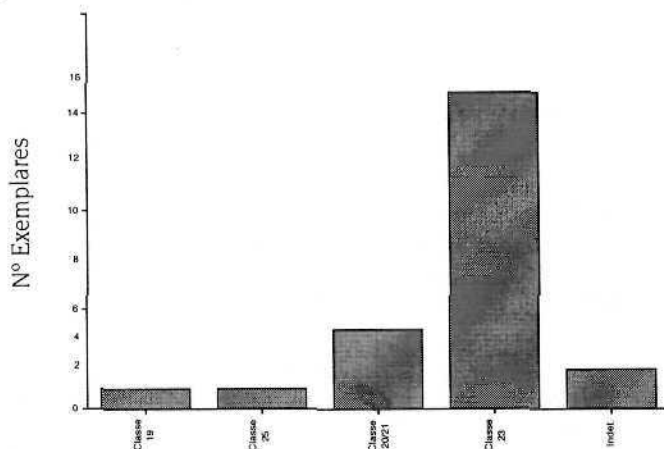


Fig. 2 - Classificação das ânforas identificadas.

O conjunto não é muito numeroso, sobretudo se considerada a área escavada (cerca de 1.200 m²) e o facto de resultar da recolha sistemática de todos os fragmentos identificados no decurso dos trabalhos. Comparando o número de exemplares recolhidos durante a campanha de prospecção com o conjunto proveniente de recolhas de superfície na *uilla* romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton *et alii* 1993-94: 184), a proporção é de 2 para 167. Naturalmente que há que ter em conta o tipo de perturbações pós-deposicionais a que os sítios estiveram sujeitos, e no caso de Vilares de Alfundão houve trabalhos de lavra funda com recurso a meios mecânicos a que a área onde incide a escavação na Quinta das Longas não esteve sujeita.

De qualquer forma, a reduzida expressão do número de ânforas entre a cerâmica recolhida veio a confirmar-se com a escavação do sítio. O facto dos trabalhos (quer prospecção, quer escavação) terem incidido sobre a *pars urbana* da *uilla* contribuirá também para esta situação. Pela própria natureza destes recipientes cerâmicos, destinados ao transporte e, eventualmente, ao armazenamento de bens de consumo, não será de estranhar que não tenham uma presença muito forte na área residencial do proprietário da *uilla*.

Esta questão, contudo, deve ser equacionada em função da posição que a Quinta das Longas ocupa no contexto da difusão dos produtos transportados em ânforas para os mercados do interior. Mais uma vez, esta leitura é condicionada pela natureza da informação disponível sobre os centros de consumo no mundo rural. Além do caso excepcional de S. Cucufate, o que se conhece são referências pontuais à presença de ânforas entre o espólio recolhido. De qualquer forma, estas referências permitem-nos saber que as ânforas chegaram não só a grandes *uillae*, como é o caso de Pisões em Beja (Ribeiro 1972: 22, 26, 30), mas também a pequenos núcleos habitacionais classificados como casais agrícolas escavados, por exemplo, no concelho de Montemor-o-Novo (Paço e Lemos 1962) ou no próprio concelho de Elvas (Carvalho, Almeida e Pinto 1997)¹⁵.

A *uilla* romana da Quinta das Longas integra-se assim no circuito de distribuição dos produtos transportados em ânforas para os mercados do interior. Não sendo uma grande *uilla* como S. Cucufate, a reduzida expressão do número de ânforas poderá reflectir exactamente essa diferente posição/dimensão enquanto centro de consumo¹⁶. Pouco sabemos contudo sobre a forma como se efectuava o abastecimento para os aglomerados populacionais rurais do interior, sendo de admitir que outros tipos de contentor pudessem ser utilizados para o transporte terrestre (e/ou fluvial) de produtos inicialmente envasados em ânforas.

Outra questão por resolver é saber se existiria uma via que abastecia directamente os mercados rurais, ou se esse abastecimento se fazia integrado na rede de distribuição dos centros urbanos do interior, podendo estes funcionar como mercados redistribuidores no território que deles dependia. Parece mais razoável supor esta segunda hipótese, pelo menos para um aglomerado com as características que a Quinta das Longas parece ter. Nesta perspectiva, mais uma vez esta leitura deverá ser enquadrada no âmbito da relação com a capital provincial *Emerita Augusta*, em cujo território esta *uilla* se integraria.

Além da expressão numérica do conjunto, outra leitura imediata do histograma atrás apresentado é a predominância das ânforas lusitanas sobre as importações, e dentro destas da Classe 23 (Almagro 51c). Esta situação reflecte a grande expressão que tem o comércio de preparados de peixe da Lusitânia no Baixo Império, verificada também em S. Cucufate, onde estas ânforas são as mais numerosas representando cerca de 46% do conjunto (Mayet

e Schmitt 1997:72). Já em Vilares de Alfundão a classe predominante é a 20/21 (Dressel 14) com uma presença relativa de 62.5% (Norton *et alii* 1993-94: 189), o que se relaciona com questões de cronologia de ocupação do sítio, que provavelmente terá a sua grande ocupação em época anterior à Quinta das Longas. De qualquer forma, genericamente consideradas, as produções lusitanas são maioritárias no conjunto das ânforas estudadas.

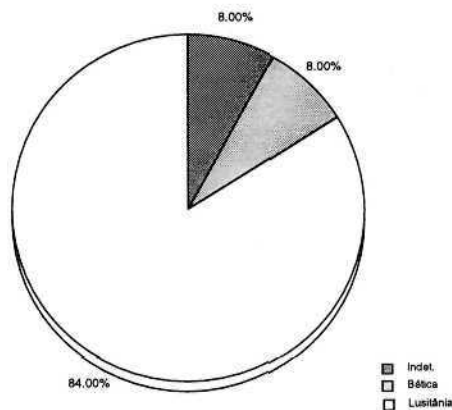


Fig. 3 - Distribuição das ânforas de acordo com a sua proveniência.

Esta situação parece ser recorrente em outros centros de consumo no mundo rural. Além dos casos já citados de S. Cucufate e Vilares de Alfundão, situados no interior, também na escavação da *uilla* romana de Povos em Vila Franca de Xira (cuja situação geográfica junto do Tejo, sensivelmente a meio caminho entre *Olisipo* e *Scallabis* a coloca numa posição bastante diferente em termos de dinâmica de mercado) as ânforas lusitanas são esmagadoramente maioritárias, representando 82% do conjunto estudado (Banha 1991: 64-67). Igual situação relativa se conhece para a região de Sintra, onde cerca de 60% das ânforas provenientes de contextos vários de ocupação rural são originárias da Lusitânia (Pimenta 1982-83: 145-147).

Além das ânforas lusitanas, regista-se a presença de ânforas da Bética, mais concretamente de dois exemplares, um destinado ao transporte de preparados de peixe e outro ao transporte de azeite. Estão ausentes quer as produções itálicas quer as norte-africanas, que encontramos por exemplo em S. Cucufate ou Povos, embora em ambos os casos com uma expressão quantitativa muito reduzida. A questão da origem das importações prende-se naturalmente com a questão dos conteúdos, que não só reflectem hábitos de consumo como podem espelhar a importância da produção local (ou ausência de produção) dos produtos transportados. Assim, relativamente aos conteúdos, as ânforas da Quinta das Longas distribuem-se da seguinte forma:

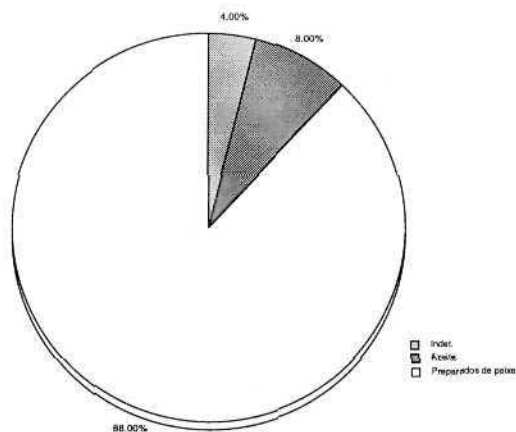


Fig. 4 - Distribuição das ânforas de acordo com o seu conteúdo.

O consumo de preparados de peixe é o principal determinante das importações na Quinta das Longas, reflectindo um hábito de consumo bastante arraigado no mundo romano de um produto que naturalmente não podia ser produzido localmente. A razão da fraca expressão da importação de azeite e a ausência de ânforas vinárias deve ser procurada na existência de uma produção local que serviria o consumo próprio.

Esta situação desde há muito vem sendo apontada (cf. Alarcão 1988: 148 ou Alarcão 1990: 436), sendo tradicionalmente aceite que as importações vinárias se reportam a uma fase inicial do processo de romanização em que a produção local de vinho não está ainda suficientemente desenvolvida, e que a importação de azeite, concretamente da Bética, reflecte um hábito enquanto consumo de prestígio (Alarcão, Étienne e Mayet 1990: 252). Curioso é notar que no caso de Vilares de Alfundão, cujos dados disponíveis parecem apontar para uma ocupação expressiva em época alto-imperial, as ânforas vinárias estão ausentes, embora a natureza da amostra não autorize qualquer infirmação baseada neste facto.

Relativamente às importações olearias, estas materializam-se num único exemplar da Classe 25 (Dressel 20), o exemplar nº 1, assumindo assim um carácter vestigial no conjunto de ânforas exumadas até ao momento na Quinta das Longas. Além da existência de uma produção local de azeite, podem ser encontradas outras razões para a fraca expressão do azeite da Bética nesta *uilla* romana, concretamente o afastamento das rotas de distribuição deste produto na Lusitânia. Com efeito, as ânforas olearias béticas parecem ter, por lado, uma difusão através de uma rota atlântica associada a abastecimentos institucionais e, por outro, uma via interior destinada a áreas mineiras e sobretudo aos grandes centros urbanos do interior (Fabião 1993-94: 328). A Quinta das Longas está claramente afastada da rota atlântica e possivelmente em relação à via interior ocupa uma posição periférica, da qual o exemplar da classe 25 representaria o carácter residual.

Globalmente considerado, o conjunto das ânforas da Quinta das Longas é um conjunto relativamente homogéneo de ânforas lusitanas destinadas ao transporte de preparados de peixe.

A importação de produtos transportados em ânforas reflecte os hábitos de consumo da população desta *villa* romana, em que os preparados de peixe assumem particular relevância. A constatação da ausência de importações vinárias e o carácter vestigial das importações de azeite fazem pensar numa produção local que serviria as necessidades de auto-consumo, embora essa ausência deva ser também equacionada em função da posição que a Quinta das Longas ocupa relativamente às redes de distribuição de produtos transportados em ânforas no interior.

O facto da maior expressão da presença de ânforas se situar relativamente à chamada "segunda fase de produção" destes contentores lusitanos prende-se naturalmente com a cronologia de ocupação do sítio. Embora identificada uma primeira ocupação que poderá remontar ao séc. I d.C., a ocupação mais significativa da *villa* da Quinta das Longas é já de uma fase tardia do Baixo-Império, situação que a presença de ânforas da classe 23 em níveis relativos à construção do edifício habitacional veio confirmar. As ânforas da classe 20/21, assim como as importações da classe 19 e 25, parecem corresponder ao primeiro momento de ocupação do sítio, em que teríamos as importações béticas ao lado das primeiras produções lusitanas, sucedendo-se já na *Villa II* uma situação exclusivamente pontuada por importações de preparados de peixe da Lusitânia. No entanto, quer o facto de não haver datações precisas para os contextos estratigráficos em que foram recolhidos os exemplares mais antigos, bem como o facto de a escavação do sítio ainda se encontrar em curso levam a encarar esta leitura com as necessárias cautelas.

A forte presença das ânforas lusitanas é coerente com o que se conhece de outros centros de consumo no mundo rural, reflectindo também a grande importância que tem o mercado de preparados de peixe da Lusitânia, sobretudo em época baixo-imperial. A determinação dos grupos de origem dentro da Lusitânia para as ânforas presentes na Quinta das Longas poderá ser de grande importância para a integração deste sítio rural nas rotas e mercados de abastecimento do interior, já que o comércio de produtos transportados em ânforas não era certamente autónomo de outros abastecimentos de bens de consumo.

Através de uma análise macroscópica de base empírica das pastas parece haver uma relação privilegiada com os vales do Tejo e do Sado, em detrimento dos centros produtores algarvios, embora só análises de carácter petrológico e/ou químico o possam eventualmente confirmar. Interessante será também confrontar os dados relativos às ânforas com o estudo de restos de fauna malacológica identificados na lixeira baixo-imperial, que possivelmente estão associados aos mesmos fluxos de abastecimento a partir do litoral.

A leitura do significado das ânforas da Quinta das Longas que agora se apresentam naturalmente deverá ser feita no âmbito de um quadro de referência para os circuitos económicos em que este sítio se integra, provavelmente em estreita relação com a capital provincial *Emerita Augusta*. O presente estudo pretende ser uma primeira abordagem a esta questão, procurando que seja desenvolvida no âmbito do prosseguimento do projecto de investigação sobre a ocupação rural romana na região de Elvas.

* Câmara Municipal de Santarém e Investigadora do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

** Biblioteca Condes de Castro Guimarães da Câmara Municipal de Cascais e Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

Embora considerado não se apresenta o conjunto total de ânforas por questões de constrangimentos editoriais. Um outro estudo mais desenvolvido, que publica o catálogo na íntegra o qual resulta das campanhas de prospecção e de escavação já realizadas, foi entregue para publicação na revista do IPA - *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Ali inclui-se também um ponto com a bibliografia exaustiva que serviu para a elaboração deste trabalho e que, por questões de manifesta falta de espaço e para evitar cortes importantes no conteúdo do artigo que o tornariam incompreensível, tivemos que optar por suprimir. De qualquer forma apresentam-se as referências abreviadas. Este primeiro artigo resulta directamente de um trabalho elaborado para o Seminário de *Cerâmica Romana* do Mestrado em Arqueologia Romana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por um dos signatários (MJA).

² Na discussão deste assunto veja-se Fabião e Carvalho 1990: 41-49

³ Mayet, Schmitt e Silva 1996: nº6-8

⁴ Idem nº 23-26

⁵ Idem nº44

⁶ Idem nº76

⁷ Idem nº 179: 183-184

⁸ Amaro 1990 nº3

⁹ Raposo 1990 nº10-11; 13-14

¹⁰ Mayet e Schmitt 1997 nº 42-43

¹¹ Mayet, Schmitt e Silva 1996 nº41

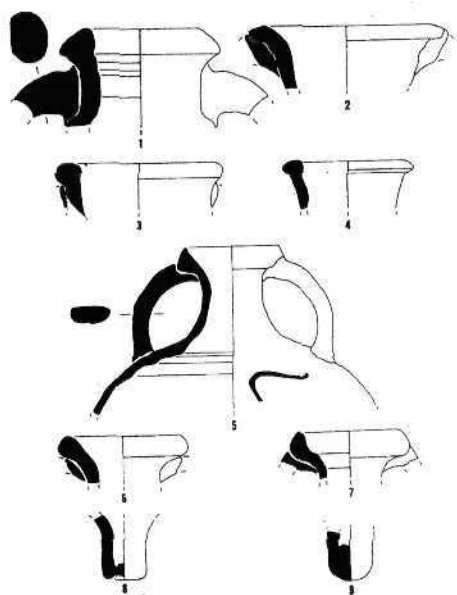
¹² Idem nº88

¹³ Mayet e Silva 1998 nº 3-9

¹⁴ Fabião 1997: 165-166

¹⁵ Embora não publicadas, estão em exposição no Museu Arqueológico de Montemor-o-Novo exemplares de ânforas da Classe 23 (Almagro 51c) provenientes do sítio do Curral dos Cães. No sítio da Horta do Rangem, próximo da Quinta das Longas, foi recolhido à superfície também um fragmento de ânfora da mesa classe, publicado com a notícia de identificação do sítio.

¹⁶ Convém salientar esta disparidade existe não só enquanto ao tipo de sítio mas também quanto à natureza e dimensão dos trabalhos realizados. Mais do que comparar o número de ânforas identificadas (24 na Quinta das Longas e 1132 em S. Cucufate) seria interessante equacionar a posição relativa das ânforas em função dos outros tipos cerâmicos identificados.



Escala 1:3

Anexo I - Ânforas da Classe 25 - Dressel 20 (nº 1); Classe 19 - Beltrán IIb (nº 2); Classe 20/21 - Dressel 14 (nºs 3 e 4); Classe 23 - Almagro 51c (nºs 5 a 9).

